

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 147.720 - PR (2016/0190605-8)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE MARINGÁ - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 15ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
INTERES. : EDILSON KAZUO KUBOTA
ADVOGADO : RICARDO GUILHERME SILVEIRA CORRÊA SILVA - MS009029
INTERES. : EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
INTERES. : INSTITUTO AOCP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. § 2º DO ART. 109 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONFLITO CONHECIDO PARA FIXAR A COMPETÊNCIA NO JUÍZO SUSCITADO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Maringá/PS em desfavor do Juízo Federal da 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos de mandado de segurança impetrado contra ato do presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH e do Diretor Presidente do Instituto AOCP.

O Ministério Público Federal opinou pela fixação da competência no Juízo suscitado.

É o relatório. Passo a decidir.

Assiste razão ao juízo suscitante. Isso porque o § 2º do art. 109 da Constituição Federal assenta que "[a]s causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal". Logo, é forçoso concluir que compete ao autor decidir se vai, ou não, ajuizar a ação no seu domicílio. A escolha é sua. Portanto, é defeso ao magistrado limitar a aplicação do próprio texto constitucional. Assim, é legítima a opção da parte autora de que o feito ajuizado seja processado no foro de seu domicílio.

Vale destacar que o texto constitucional não faz distinção entre o tipo de ação para a aplicação dessa regra. Nesse sentido, não há se falar em necessidade de correlação entre a opção do autor e a natureza da ação proposta.

Esse é o entendimento assente no âmbito da Primeira Seção, que pode ser extraído do seguinte julgado:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO. ARTIGO 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. FACULDADE CONFERIDA AO IMPETRANTE. PRECEDENTES.

1. No caso, a decisão ora agravada amparou-se em precedentes desta Corte Superior de Justiça, elemento que autoriza o Relator a dar ou a negar

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso, por decisão singular, haja vista a existência de jurisprudência dominante acerca do tema, nos termos da Súmula n. 568/STJ (Corte Especial, DJe 17/3/2016). Nesse sentido: AgInt no CC 152.027/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 03/10/2017.

2. "Tratando-se de mandado de segurança impetrado contra autoridade pública federal, o que abrange a União e respectivas autarquias, o Superior Tribunal de Justiça realinhou a sua jurisprudência para adequar-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, admitindo que seja aplicada a regra contida no art. 109, § 2º, da CF, a fim de permitir o ajuizamento da demanda no domicílio do autor, tendo em vista o objetivo de facilitar o acesso à Justiça" (AgInt no CC 154.470/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 18/04/2018).

3. Nessa mesma linha: AgInt no CC 153.724/DF, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 16/02/2018, e AgInt no CC 148.082/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 19/12/2017.

4. Agravo interno não provido (AgInt no CC 158.943/SP, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 17/12/2018) (grifamos).

Ainda nesse mesmo sentido, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: CC 162.819/DF, Relatora Ministra Regina Helena Costa, DJe 15/2/2019; CC 163.640/RJ, Relator Ministro Og Fernandes, DJe 14/2/2019; e CC 163.598/RJ, Relator Ministro Sérgio Kukina, DJe 7/2/2019.

Isso posto, **conheço** do conflito para **declarar competente** o Juízo Federal da 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, forte no art. 955, parágrafo único, do CPC/2015 combinado com o art. 34, XXII, do RISTJ. .

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator